

3. Família: uma instituição em permanente transformação

3.1 Marcos de mudança e desafios contemporâneos

A família é uma das instituições mais antigas que se conhece e sua presença é reconhecida em praticamente todas as sociedades humanas. Lévi-Strauss (1980), antropólogo que ofereceu importantes contribuições aos estudos da origem da família¹ resalta que esta instituição, encontrada na espécie humana, desenvolveu-se para atender às necessidades de cuidado prolongado da prole, tornando-se o esqueleto das futuras sociedades. Ao agruparem-se, os homens aprenderam a controlar sua agressividade, rivalidade e desejos sexuais, ampliando a capacidade de cooperação que contribuiu para a acumulação do conhecimento, o fortalecimento das relações afetivas e a ampliação da criatividade, aspectos essenciais ao aparecimento da civilização.

A família configura-se como espaço onde a criança ouve as primeiras falas e experimenta as primeiras relações com o outro, iniciando a construção de sua auto-imagem e estabelecendo vínculos afetivos e culturais que, passando por um gradual alargamento vão assimilando parentes, amigos, comunidade e a sociedade como um todo. A família funciona como filtro através do qual se começa a reconhecer e atribuir significado ao mundo que nos cerca. Bourdieu (2008) refere-se à família como ambiente de socialização primária, utilizando a expressão “mundo natal” para destacar a importância do “mundo maternal como aquele dos gostos primordiais”.

Compreender as transformações pelas quais a família foi passando ao longo de tempo, até chegar à forma como hoje se apresenta, nos ajuda a olhar para questões que desafiam estudiosos de diferentes campos, na investigação teórica e empírica de problemas sociais onde a família aparece como categoria diferenciada de análise.

Segundo Samara (1998), a família brasileira teve seus primórdios marcados pelo modelo patriarcal europeu, formado pelo casal com muitos filhos, com papéis claramente definidos, cabendo ao pai a função de provedor e à mãe a responsabilidade pelo cuidado da casa e educação dos filhos. À família nuclear juntavam-se outros parentes, empregados e amigos que viviam sob o mesmo teto

¹ Lévi-Strauss (1908 – 2009) publicou em 1949, o livro ‘As estruturas elementares do parentesco’ reconhecido como um dos mais importantes estudos de família.

favorecendo a transmissão de valores e comportamentos no cotidiano da vida doméstica, preparando os jovens para o futuro exercício da maternidade e da paternidade. A casa funcionava não só como centro de moradia, mas também como organização defensiva e mola propulsora da economia, garantindo o atendimento quase que total das necessidades básicas da vida, provendo e protegendo seus moradores. Por vezes, a força da família ampliava-se para além dos muros da casa, controlando as demais instituições econômicas e sociais tais como a igreja e o Estado.

Este modelo inicial de família perdurou, com pequenas alterações por longo tempo e foi bastante estudado por Gilberto Freyre, enquanto fator de formação da sociedade brasileira. A intensificação do processo de urbanização no Brasil, já no período republicano, trouxe mudanças na família, que se traduziram em leis, normatizando as relações conjugais e os direitos da mulher. Em 1890 as questões relativas ao divórcio passaram a ser tratadas pela justiça civil, e não mais pela igreja. Em 1932 foi instituído o voto feminino e só em 1982, definiu-se o regime de igualdade entre os cônjuges.

Foi a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho que as transformações na família foram mais profundas e, desde a década de 1960, tornaram-se cada vez mais aceleradas, afastando-se decisivamente do modelo inicial. A presença feminina na força de trabalho, que alcançou o patamar de 43,6% em 2009, revelou um crescimento expressivo em relação aos 27,3% registrados em 1969, modificando os papéis de provedor e cuidador associados as identidades de gênero no âmbito da família, contribuindo para a redução da prole e transformando as relações conjugais e intergeracionais.

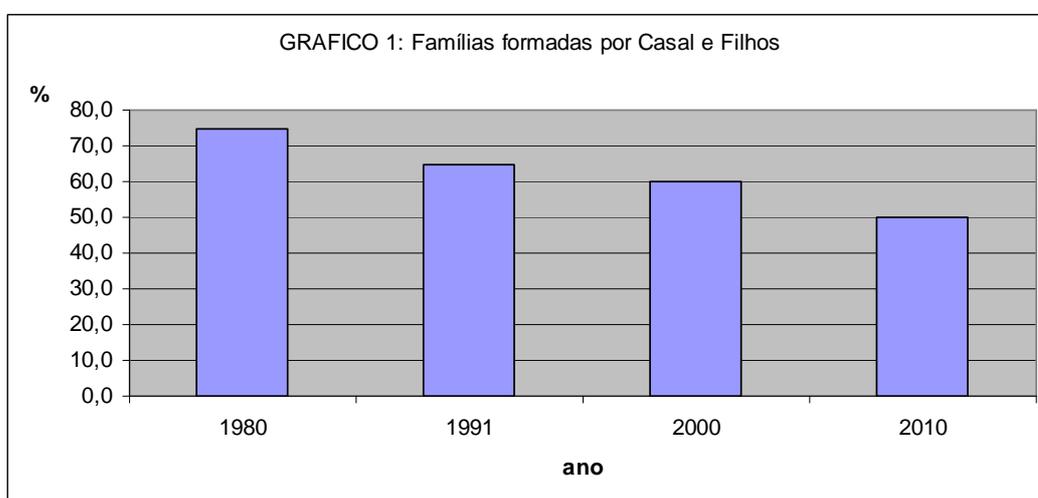
O avanço das técnicas de controle da natalidade pode ser considerado como marco de mudança que produziu transformações significativas, tanto na forma de organização e no funcionamento interno das famílias, quanto nas funções que esta desempenha na sociedade. A taxa média de fecundidade, que em 1949 era de 6 filhos apresentou redução significativa, chegando a menos de 2 filhos por casal em 2010. Deixando em segundo plano a finalidade procriadora do casamento e a expectativa de garantir uma descendência para dar continuidade ao nome da família, a taxa de fecundidade média das mulheres brasileiras atingiu o patamar de

mera reposição da população². Vale destacar que a idéia amplamente difundida, de que a redução da prole seria um fenômeno restrito aos grupos de mulheres com maior renda, não encontra respaldo nos dados do Censo do IBGE, que apontam para a redução do número de filhos também entre os segmentos mais pobres. Em 2000 o número médio de filhos entre as classes menos favorecidas foi de 5,1 enquanto que em 2010 caiu para 3,6.

Em que pese a presença no mercado de trabalho, com o alargamento das possibilidades tanto no exercício das funções técnicas quanto nos cargos de chefia, as mulheres continuam recebendo salários inferiores a seus colegas do sexo masculino. Segundo o Censo do IBGE, em 2010 os homens ganhavam 42% a mais do que as mulheres, no mesmo posto de trabalho.

Os dados produzidos pelo censo demográfico de 2010³ nos fornecem indicações sobre a família brasileira contemporânea.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é a redução do percentual de famílias com a formação tradicional burguesa - casal e filhos. O Gráfico 1 mostra que, nos últimos 30 anos, o percentual desta formação familiar passou de 75% para 49,9%, abrindo espaço para novos arranjos.



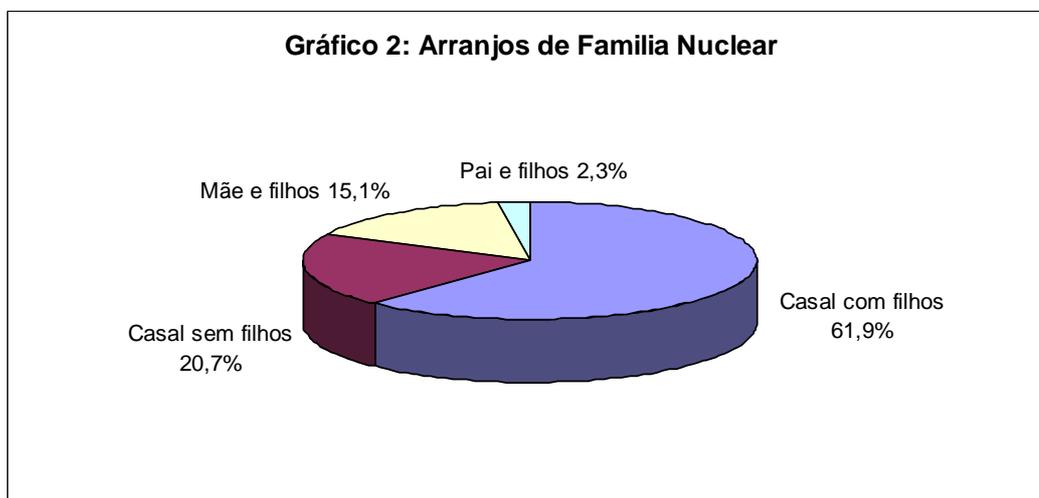
Fonte: Censo IBGE 2010

² Dados do Censo IBGE.

³ O Censo do IBGE toma como base a informação sobre aqueles que residem em um mesmo domicílio e os vínculos de sangue existentes entre os moradores.

Entre os arranjos que privilegiam a família nuclear, observamos no Gráfico 2 que as residências ocupadas por casais sem filhos (20,7%) e por mãe e filhos (15,1%) aparecem com as maiores frequências, logo após a formação tradicional. Conforme esperado, entre as famílias monoparentais são muito mais frequentes os casos de mãe e filhos, embora já se possa observar nos resultados do Censo, uma pequena parcela da formação pai e filhos (2,3%).

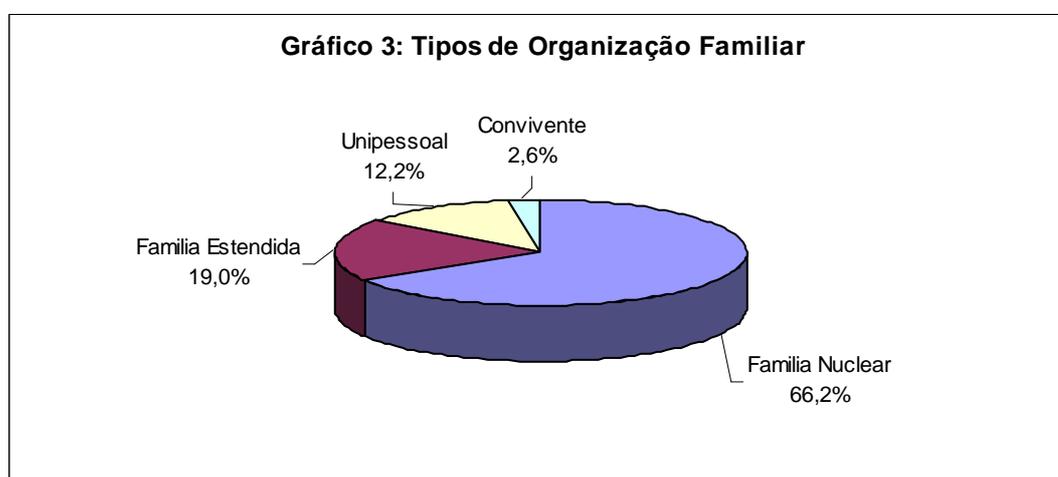
Tanto as famílias tradicionais quanto as monoparentais apresentam diminuição significativa do número de filhos e agregados, confirmando a tendência de redução do número de habitantes por moradia, já apontada por Jablonsky (1998) quando afirma que: “não só se reduz a prole, mas expulsam-se agregados e serviçais”.



Fonte: Censo IBGE 2010

O censo 2010 identificou ainda residências ocupadas por outras formações que não se enquadram propriamente na classificação de famílias nucleares. Moradias unipessoais, residências ocupadas por diferentes membros de uma mesma família estendida e ainda uma pequena parcela de moradias compartilhadas por “conviventes” - sem laços de parentesco ou consanguinidade aparecem no Gráfico 3.

O aumento das pessoas, jovens ou idosas, que vivem sozinhas é um fenômeno que vem sendo observado em todo o mundo,⁴ como decorrência das tendências de valorização da individualidade e da privacidade em detrimento da importância atribuída ao pertencimento familiar. O aumento da longevidade e a ampliação das tecnologias, que tornam cada vez mais fáceis as tarefas domésticas aparecem também como aspectos reforçadores no caso da opção por morar sozinho. O casal sem filhos,⁵ enquanto escolha por uma forma de viver, vem também se tornando cada vez mais freqüente entre cônjuges que trabalham em horário integral, exercendo tarefas que consideram estimulantes.



Fonte: Censo IBGE 2010

Mais renda e menos filhos reforçam a mudança de posição da mulher dentro de casa. A esposa que desempenhava um papel restrito ao âmbito doméstico, passando da tutela do pai para a do marido, exercendo a função que lhe cabia na esfera “do lar”⁶ não só ingressa no mercado de trabalho, como assume por vezes a dianteira como principal fonte de renda da família. O papel do “chefe da família”, que cuidava dos negócios e garantia o sustento do grupo, exercendo sua autoridade sobre a mulher, os filhos e todos os demais agregados, vem dando lugar a novas regras do jogo de autoridade e poder dentro de casa. As funções de

⁴ Matéria publicada na revista *The Economist*, de 25 de agosto de 2012, intitulada *Singletons -The Attraction of Solitude* apresenta indicadores que apontam para o crescimento acelerado deste estilo de vida, nos próximos anos.

⁵ Formação que vem sendo indicada na mídia pela sigla “drinc” traduzida do inglês como “dois rendimentos e nenhuma criança”.

⁶ A expressão “do lar” permaneceu durante muito tempo como indicação profissional para muitas mulheres.

provedor e cuidador se flexibilizam e se desvinculam cada vez mais da identidade de gênero, definindo-se mais em função das capacidades e necessidades de cada um dos parceiros. De acordo com o Censo 2010, 38,7% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e em 29,6% das famílias as funções de chefe da família são compartilhadas pelo casal, onde cada um assume a responsabilidade por determinadas despesas, sem que haja um orçamento único. Apareceram ainda no Censo, 131 mil famílias onde as crianças são as principais responsáveis pelo sustento do grupo familiar e 661 mil jovens de 15 a 19 anos que assumem o papel de provedor.

À medida que a promessa de relações conjugais definitivas foi sendo substituída por vínculos de estabilidade relativa, maternidade e paternidade também assumiram novas formas. Com o reconhecimento das uniões estáveis, separações e recasamentos se tornaram mais frequentes e, associados ao aumento da expectativa de vida, permitem a um indivíduo integrar, ao longo de sua vida, várias famílias. Os filhos, de diferentes uniões formam novas fratrias, que passam a incluir os meio-irmãos e os irmãos de consideração.

A guarda dos filhos, que nos casos de separação do casal cabia quase sempre à mãe também vem se alterando. A guarda compartilhada vem se tornando a opção mais escolhida, acarretando novos desafios para os filhos que passam a vivenciar a experiência de dupla residência.

São muitas as transformações que vem ocorrendo não só no interior das famílias, mas também na relação que estas estabelecem com a sociedade.

Sennett (2008) aponta as transformações sociais que ocorrem quando flexibilidade e mudança se sobrepõem às “formas rígidas e permanentes”. Valores como confiança, compromisso mútuo e objetivos de longo prazo, que marcam o processo educativo e as relações com o outro, passam a ser questionados. O autor explicita as tensões vivenciadas por aqueles que se responsabilizam pela educação das crianças enquanto projeto de longo prazo, pouco compatível com as relações superficiais, breves e apressadas, que marcam a sociedade contemporânea onde a necessidade de mudança é constante. Sennett chama a atenção para o efeito provocado pela ampliação das tecnologias da informação e dos meios de comunicação que trazem novo sentido às dimensões de tempo, espaço e vizinhança, expondo as crianças a um processo permanente de mudanças, que

demanda “valores de camaleão” questionando identidade, referências e o próprio caráter.

Bauman (1998) destaca aspectos importantes sobre a realidade contemporânea, afirmando que o mundo pós-moderno “vê com certa dose de hostilidade tudo aquilo que é constante”. Novas experiências e opções abertas de relacionamento aparecem como preferência em relação aos compromissos duráveis. A imagem do mundo torna-se “destituída de qualquer solidez e continuidade”, de forma que os projetos de vida não encontram mais uma estrutura fixa na qual possam se ancorar. O sentimento dominante é a incerteza a respeito da futura configuração do mundo. Segundo Bauman, “o homem pós-moderno troca um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de liberdade”. A exigência contínua de adaptação a novas coisas e pessoas que entram e saem do campo de visão, leva o homem contemporâneo a “vestir e despir identidades”, correndo o risco da fragmentação. A possibilidade de interação com diferentes culturas é percebida como valor, mas traz em seu bojo o desafio da convivência com a alteridade. A “lógica das coisas” não está mais nas “leis da natureza”, nas “leis da história”, nas “leis do progresso” ou nas “leis do mercado”. As metanarrativas são substituídas por explicações localizadas ou mesmo por incertezas. O processo de “incertização” se generaliza e a ansiedade da liberdade se contrapõe ao conforto da certeza. Ser livre significa saber que há diferentes crenças igualmente importantes e convincentes, e que toda escolha deixará o “escolhedor” como responsável pelas suas conseqüências e, portanto, “culpado” em caso de fracasso.

Segundo os estudos que vem sendo desenvolvidos pelo sociólogo francês François de Singly, há um enfraquecimento das funções instrumentais da família, relacionadas à reprodução, cuidados materiais e transmissão da herança, em proveito de suas funções expressivas, onde o fator afetivo assume um significado especial nas relações intrafamiliares. A reconfiguração do lugar de filho e a democratização das relações internas na família colocam as crianças como “atores que interagem, reagem, negociam e redefinem a realidade social”, questionando as posições de poder e transformando as relações hierárquicas no interior da família. A noção de respeito muda de sentido a partir do reconhecimento de que todo indivíduo, criança ou adulto, deve ser reconhecido como sujeito de direito e de desejo, detentor de vontades e potencialidades. Os filhos funcionam como um

espelho onde os pais visualizam os erros e os acertos de suas práticas educativas, percebendo-se por vezes como orgulhosos pelos êxitos, mas frequentemente como culpados pelos fracassos dos filhos.

A ampliação dos meios de comunicação de massa, o aumento da mobilidade e a generalização do uso da internet trazem, para o campo da educação, a participação de novos agentes socializadores, acarretando mudanças nos modelos tradicionais de autoridade. A autoridade paterna é questionada como resultado do processo de empoderamento dos jovens, que rejeitam todo tipo de autoridade formal. Notícia veiculada na mídia em janeiro de 2009 chama a atenção para o aumento de ações judiciais interpostas para resolver conflitos domésticos⁷. Pais que não encontraram na escola nem nos consultórios de psicologia o apoio que buscavam para fazer valer sua autoridade sobre os filhos, buscam na justiça respaldo para controlar os filhos. O reconhecimento da fragilidade da autoridade familiar leva à busca de recursos judiciais para garantir que os padrões estabelecidos continuem a ser respeitados. O juiz é chamado a assumir a figura de autoridade, detentora de mecanismos para garantir o cumprimento das regras de convivência estabelecidas.

Ao período em que princípios e regras de convivência social eram transmitidos prioritariamente no seio da família, fortalecendo o sentimento de pertencimento de seus membros, que se reconheciam como integrantes de um grupo que partilhava a idéia de “nós”, sobrepõe-se a redução do núcleo familiar e a manifestação do valor individual priorizando o conceito de “eu”. Mais uma vez o protagonismo familiar cede lugar a um conjunto de aspectos que hoje respondem pela formação da identidade.

Como destaca Ariès (1981), na sociedade moderna “a mudança substitui a permanência como valor”, as possibilidades de escolha se ampliam e, com elas, a busca incessante pela “melhor opção” e a satisfação pessoal prepondera sobre o que poderia ser considerado melhor para o conjunto, afetando diretamente a família.

As transformações históricas e sociais pelas quais as famílias vêm passando são uma marca desta instituição que se encontra em ritmo de permanente e

⁷ Matéria publicada na página 33 do jornal O Globo de 25 de janeiro de 2009, com o título “Seu juiz, o que faço com meu filho?”

acelerada mudança, mas ainda transmite ao indivíduo um sistema de disposições duráveis que marca suas percepções, gostos, julgamentos e modos de agir.

A imagem da família enquanto instituição dotada de “asas e raízes portáteis” é sugerida por Singly (2007) para definir a família contemporânea.

3.2 As famílias reveladas no *survey* e nas entrevistas

Tomo aqui o desafio de conhecer as famílias cujos filhos são atendidos nas “boas escolas”, analisando as respostas ao *survey* SOCED e os depoimentos obtidos nas entrevistas. Destaco características daqueles que se auto-identificaram como responsáveis pelo acompanhamento da escolarização dos filhos, bem como exploro aspectos sobre as famílias e os alunos, separando os subconjuntos das escolas públicas e dos colégios privados, discutindo diferenças e similaridades encontradas.

Caracterização dos Respondentes

Para a caracterização dos respondentes, analiso a seguir um conjunto de aspectos que inclui: relação de parentesco com o aluno, idade, estado civil, situação de trabalho e nível de escolarização.

O *survey* mostrou que, tanto entre os alunos das escolas municipais (77%) quanto dos colégios privados (78%), é a mãe quem se apresenta como respondente, reforçando a idéia de que ainda é atribuída à mãe a função central na educação dos filhos. O que chama a atenção é o aparecimento de um percentual significativo - 17% nas escolas públicas e 20% nos colégios privados - de pais que responderam ao questionário, assumindo a dianteira na tarefa de acompanhar os estudos dos filhos, sugerindo mudanças nos papéis sociais que até então vinham sendo desempenhados no interior das famílias. Conforme Quadro 9, observei que em apenas 6% das famílias usuárias das escolas municipais e 2% das privadas aparecem outros responsáveis pela escolarização dos alunos, tais como avós, que no senso comum vem sendo apontadas como substitutas das mães.

QUADRO 9 Relação de Parentesco

Qual é a sua relação de parentesco com o aluno?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Mãe	77	78
Pai	17	20
Outra	6	2

Fonte: *Survey* SOCED

Se o *survey* mostrou uma situação bastante similar entre os subconjuntos público e privado, as entrevistas revelaram algumas singularidades, conforme Quadro 10 onde apresento um conjunto de informações sobre os pais entrevistados nas duas unidades de ensino investigadas.

QUADRO 10 Perfil dos Entrevistados

Responsável	Vínculo	Idade	Idade da 1ª maternidade	Escolaridade	Profissão	Ocupação	Estado Civil
Colégio Privado - CP							
A.	mãe	42	28	Superior	Jornalista	Editora de Jornal	casada
T.	mãe	47	33	Pós-Graduação	Bióloga	Pesquisadora	separada
D.	pai	45	31	Mestrado	Tradutor	Autônomo	casado
E.	mãe	45	31	Superior	Professora	Empresária	casada
F.	pai	52	41	Superior	Psicólogo	Empresário	casado
B.	mãe	44	32	Superior	Advogada	Proc.da Justiça	casada
M.	mãe	43	28	Superior	Advogada	Juíza	casada
R.	pai	52	30	Doutorado	Engenheiro	Pesquisador	casado
I.	mãe	44	30	Pós-Graduação	Fisioterapeuta	Autônoma	separada
Escola Municipal - EM							
C.	guardiã	73	27	Médio	Secretária	Aposentada	separada
N.	mãe	45	31	Superior		Dona de casa	juntada
O.	mãe	44	30	Fundamental		Camelô	juntada
G.	mãe	34	19	Médio	Estudante	Estudante	casada
J.	mãe	42	27	Superior	Enfermeira	Enfermeira	viúva
L.	mãe	43	26	Médio		Dona de casa	casada
S.	mãe	40	26	1º Seg. Fund.		Dona de casa	casada
Z.	mãe	40	25	Fundamental		Doméstica	casada
V.	mãe	58	43	Mestrado		Dona de casa	casada

Enquanto na EM todas as entrevistadas eram mães, no CP três, entre as nove entrevistas, foram realizadas com o pai. Vale destacar que nestes três casos os pais são casados e residem com as esposas, que exercem atividades profissionais em horário integral. Os três pais descreveram com segurança, desembaraço e riqueza de detalhes a forma como acompanham os estudos dos filhos. Um deles, que identifiquei como R. é engenheiro, trabalha em uma grande empresa e explica seu papel na escolarização da filha afirmando que *“tenho mais jeito, mais paciência e mais tempo do que a mãe, porque ela ocupa uma posição de gerência”*. Visão que é corroborada pela mãe, ao recusar o convite para participar também da entrevista alegando que *“ele sabe tudo sobre a educação da A.”*

Araújo & Scalon (2005: 33) desenvolveram uma ampla reflexão sobre a relação entre percepções mais igualitárias sobre o trabalho da mulher e a maior participação masculina no cuidado com os filhos. Caminhando na mesma direção das pesquisas desenvolvidas pelas autoras, encontrei pais que não só compartilham tarefas, mas assumem o protagonismo no acompanhamento escolar dos filhos. Nos três casos que estudei, o êxito profissional das mulheres parece funcionar como fator determinante na escolha do responsável pelo acompanhamento mais próximo dos filhos, uma vez que nesses casais os parceiros têm a mesma profissão, porém as mulheres ocupam cargos de maior prestígio ou atuam em empresas de maior porte. No casal de engenheiros, ambos trabalham na mesma empresa, onde a mulher exerce função gerencial e o marido atua como pesquisador, no casal de tradutores a mulher está vinculada a uma corporação militar e o marido é autônomo, exercendo suas atividades em casa e, no casal de psicólogos, a mulher trabalha em uma clínica especializada enquanto o marido atua como pequeno empresário, dirigindo seu próprio negócio.

Na EM a participação masculina também apareceu, porém de forma bem mais incipiente. Tanto nas reuniões de pais quanto na relação de voluntários para participar da pesquisa, constatei a presença dos pais, entretanto ao serem contatados para agendar as entrevistas, eles recuaram, alegando falta de tempo e compromissos de trabalho. Nem mesmo a total disponibilidade em relação a escolha de local, data e horário para a entrevista conseguiu reverter colocações como *“eu trabalho em horário noturno e de dia preciso dormir”* ou *“trabalho na*

rua, sem local fixo”, indicando pouca disposição ou receios não explicitados para refletir sobre as tarefas de acompanhamento da escolarização dos filhos.

Embora o estudo do envolvimento paterno no processo escolarização dos filhos venha merecendo ao longo das últimas duas décadas, cada vez mais atenção no campo das ciências sociais, ainda parece existir um grande desafio a ser investigado sobre este “novo” pai contemporâneo. Com base nas entrevistas que realizei, formulo a hipótese de que este novo papel vem sendo assumido com mais segurança pelos pais mais escolarizados, confirmando os resultados encontrados nas pesquisas desenvolvidas por Lima e Rodrigues (2012), na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Segundo estes autores:

Pais escolarizados acabam por se envolver mais na vida acadêmica dos filhos, nas aprendizagens, no sucesso acadêmico e no bem-estar na escola que frequentam. O menor envolvimento de pais menos escolarizados parece estar associado a níveis de confiança mais baixos nas suas capacidades, assumindo por isso, uma atitude mais passiva em relação à escola. Esta menor confiança relaciona-se também com uma menor comunicação autônoma dos pais com a escola.

No que se refere a auto-indicação de estado civil, a nomeação de casado apareceu no *survey* com muito maior frequência (71%) entre as famílias usuárias dos colégios privados do que das escolas municipais (52%). Nestas últimas, 28% dos responsáveis apresentaram-se como solteiros, enquanto apenas 5% apareceram nesta categoria nos colégios privados, conforme Quadro 11:

QUADRO 11 Estado Civil do Responsável

Qual é o seu estado civil?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Solteiro	28	5
Casado	52	71
Divorciado ou Separado	11	19
Viúvo e outros	9	5

Fonte: *Survey* SOCED

Algumas hipóteses se colocam como possibilidades explicativas, carecendo de maior investigação em relação a estas expressivas diferenças. A posse de

patrimônio ou linhagem poderia aumentar as aspirações pela forma legitimada de união, guardando ainda resquícios de um Brasil Colônia onde o casamento era para as elites e as uniões informais para o povo. Na categoria *divorciado ou separado*, encontrei resultados mais próximos com 19% dos responsáveis nos colégios privados e 11% nas escolas públicas.

Nas entrevistas, a conjugalidade aparece no CP com sete auto-indicações de *casado*, sendo três deles em segundo casamento, e duas indicações de *separado* enquanto na EM encontrei cinco *casados*, um *separado*, uma *viúva* e duas que se apresentam como *juntadas*. É interessante notar que enquanto no CP a denominação de casado abrange os recasamentos, na EM as mães que vivenciam segundas uniões se percebem como *juntadas*.

A idade das mães entrevistadas situa-se entre 40 e 47 anos. Na EM estão as duas únicas mães que ocupam posições fora desta faixa: uma com 34 e outra com 58 anos. Investigando a idade em que as entrevistadas foram mães pela primeira vez, encontrei uma diferença significativa, de quase 10 anos, entre os dois subgrupos, uma vez que enquanto na EM a maternidade ocorreu para mulheres a partir dos 19 anos, no CP só apareceu aos 28 anos. Observam-se aqui indícios de que o adiamento da maternidade está mais presente entre as mães com maior escolaridade e poder aquisitivo, corroborando os resultados dos estudos desenvolvidos pelo Instituto Pereira Passos - IPP⁸.

Na década em questão, é cada vez maior a quantidade de mulheres no município do Rio de Janeiro que deixam para ser mãe em uma idade mais avançada. As áreas com maior poder aquisitivo apresentam maior número de mulheres que preferem deixar para ter filhos com mais de 30 anos. O número de mães com pelo menos 12 anos de escolaridade, ou seja, com ensino superior iniciado, aumentou de 26% para 34%.

Embora no grupo entrevistado não tenha se revelado uma relação direta entre idade da primeira maternidade e tamanho da prole, levanto a hipótese de que o adiamento da maternidade é um fator que contribui para redução do número de filhos uma vez que, mulheres que começam a ter filhos em idade mais avançada têm menos tempo para ter outros.

⁸Estudo realizado pelo Instituto Municipal Pereira Passos, intitulado “Maternidade adiada: novos padrões reprodutivos”, analisa dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde, entre 1999 e 2009. Publicação virtual da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Prefeitura do Rio de Janeiro, acesso em www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

Quanto ao nível de escolarização dos pais, o *survey*⁹ indicou que os perfis das famílias praticamente se invertem nos dois subconjuntos pesquisados, conforme apresentado nos Quadros 12 e 13:

QUADRO 12 Escolaridade da Mãe

Até que série a mãe estudou?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Nunca estudou	1	-
Ensino fundamental	41	1
Ensino Médio	26	5
Ensino Superior	12	41
Pós-graduação	4	42
Não sabe informar	16	11

Fonte: *Survey* SOCED

QUADRO 13 Escolaridade do Pai

Até que série o pai estudou?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Nunca estudou	1	-
Ensino fundamental	32	1
Ensino Médio	26	6
Ensino Superior	11	37
Pós-graduação	3	43
Não sabe informar	27	13

Fonte: *Survey* SOCED

Enquanto 83% das mães e 80% dos pais dos colégios privados têm nível superior, e entre estes mais de 40% têm pós-graduação, no conjunto dos responsáveis pelos alunos das escolas municipais apenas 16% das mães e 14% dos pais conseguiram chegar à universidade. Por outro lado, nas escolas municipais o

⁹ Para este levantamento dei preferência a utilizar as respostas fornecidas pelos alunos, em função da possibilidade de separar pais e mães.

maior percentual tanto de mães (41%) quanto de pais (32%), que completou somente o ensino fundamental, contrasta com apenas 1% dos responsáveis que se situam neste patamar nos colégios privados. Comparando o nível de escolaridade entre pais e mães das escolas municipais, observo que o patamar de escolarização alcançado pelas mulheres é ligeiramente maior do que o obtido pelos homens.

As entrevistas realizadas no colégio privado confirmaram a homogeneidade dos pais em relação à escolaridade - todos com nível superior completo. Na escola municipal, por outro lado, o conjunto de entrevistados apresentou escolaridades muito díspares, variando entre o primeiro segmento do ensino fundamental e a pós-graduação, sinalizando para o desafio da convivência com a diversidade quando estas famílias se encontram na escola dos filhos. A perspectiva de continuidade dos estudos apareceu na EM em dois casos: uma mãe que apresentou-se como estudante, cursando o nível técnico de enfermagem e uma outra que revelou sua intenção de voltar a estudar. Esta última, que cursou somente o ensino fundamental, vislumbra a possibilidade de chegar até a universidade revelando que *“eu quero fazer gastronomia, e eu vou conseguir. Eu acho que tudo tem meta, se você quer, você consegue. Sou empregada doméstica que é uma profissão muito discriminada”*.

Com relação a perspectiva amplamente difundida, de que os responsáveis pelos alunos da rede pública têm menos disponibilidade de tempo para dedicar-se aos filhos, não encontrei respaldo no conjunto investigado no *survey*, uma vez que o percentual de mães que se declararam donas de casa é bem superior entre as famílias populares (28%), do que nas classes mais privilegiadas (8%). Já a indicação de mães que trabalham em tempo integral, aparece com muito maior frequência entre as famílias com melhores condições socioeconômicas, conforme Quadro 14.

QUADRO 14 Situação de Trabalho do Responsável

Qual é sua situação de trabalho	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Trabalha em tempo integral	34	60
Trabalha em tempo parcial	16	18
Dona de casa	28	8
Estuda e trabalha	7	7
Estudantes e Aposentados	7	5
Desempregado (procurando emprego)	8	2

Fonte: *Survey* SOCED

Vale refletir entretanto, sobre a forma como as mulheres com maior nível de escolarização lidam com as tarefas domésticas, utilizando-se de recursos práticos que incluem a aquisição de produtos e o uso de equipamentos que simplificam ou facilitam o trabalho cotidiano da casa, bem como adotando a delegação de tarefas à empregadas, motoristas e babás. Nas classes populares, por outro lado, observa-se geralmente uma relação “árdua” com as tarefas do dia-a-dia da casa, que envolve normalmente a execução de todas elas, sem qualquer ajuda.

É interessante notar, que a presença da mulher no mercado de trabalho mostra-se com mais ênfase justamente entre as famílias que desfrutam de melhor situação financeira. A auto-indicação de desempregado, representada por aqueles que se colocam na condição de busca de oportunidade de trabalho, está mais presente nas famílias usuárias da escola pública (8%), do que nos colégios privados (2%).

Entre os pais que exercem uma atividade profissional regular, a posição assumida revela uma clara diferenciação dentro da hierarquia ocupacional. Conforme apresentado no Quadro 15, 27% dos responsáveis usuários dos colégios privados são empresários ou diretores, enquanto apenas 2% estão nesta posição nas escolas públicas. O trabalho informal, caracterizado pela ausência de vínculo legal, também mostra uma grande diferenciação, pendendo neste caso, com muito maior ênfase, para as escolas públicas com 40% de indicações, contra apenas 13% nos colégios privados.

QUADRO 15 Posição na Ocupação

Qual é sua posição nessa ocupação?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Trabalho autônomo (por conta própria) com registro profissional	9	22
Trabalho autônomo (por conta própria) sem registro profissional	26	8
Empresário ou cargo de direção na empresa	2	27
Empregado com carteira assinada	49	38
Empregado sem carteira assinada	14	5

Fonte: *Survey* SOCED

A ocupação como desdobramento da escolaridade, aparece também nas entrevistas realizadas, confirmando os resultados do *survey*, uma vez que entre os nove responsáveis da EM somente dois possuem vínculo empregatício formal – uma enfermeira e uma empregada doméstica, ambas exercendo antigas profissões oriundas do universo doméstico ligadas ao cuidar do outro. Encontrei ainda uma mãe que é dona de uma barraca de camelô onde vende bijuterias. Todas as demais se identificam como *dona de casa* embora algumas indiquem que, eventualmente, fazem algum trabalho remunerado. Mesmo as mães que possuem maior nível de escolaridade informam que não exercem atividades profissionais, como é o caso de V., mãe de I. que é mestre em química: “*Dei aulas, porém desde que me casei e fui mãe optei por dedicar-me exclusivamente a cuidar dos filhos*”.

Caracterização das Famílias

Nesta reflexão sobre as famílias dos alunos, focalizo aspectos relacionados à configuração familiar, residência conjunta, renda familiar e capital cultural disponibilizado para apoio à escolarização dos filhos.

A partir das respostas fornecidas pelos alunos ao *survey*, apresento no Quadro 16 a configuração das famílias, com base no critério de residência conjunta.

QUADRO 16 Residência Conjunta

Moram com o aluno	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Mãe	95	98
Irmãos	77	77
Pai	62	76
Avós	24	13
Outro homem	22	12
Outra mulher	07	04

Fonte: *Survey* SOCED

Se em ambos os grupos a moradia com a mãe e os irmãos aparece de forma muito semelhante, o mesmo não acontece em relação a presença do pai e dos avós. Pais mais ausentes e avós que compartilham a moradia com a família nuclear são mais frequentes no conjunto das escolas municipais. A indicação da presença de outro homem em casa sugere a inclusão de agregados e/ou de padrastos, com maior frequência entre as famílias usuárias das escolas municipais.

No Quadro 17 apresento um conjunto de informações sobre as 18 famílias entrevistadas, no intuito de dialogar com os resultados do *survey*.

QUADRO 17 Famílias Entrevistadas

Responsável	Filhos	Reside com	Bairro
Colégio Privado - CP			
A.	1	marido, filho	Laranjeiras
T.	1	filha	Humaitá
D.	2	mulher, filhos	Flamengo
E.	2	marido, filhos	Laranjeiras
F.	2	mulher, filhos	Laranjeiras
B.	1	marido, filho	Laranjeiras
M.	2	companheiro, filhos	Humaitá
R.	2	mulher, filhos	Cosme Velho
I.	3	filhos	Laranjeiras
Escola Municipal - EM			
C.	3	filhos adotivos	Botafogo
N.	2	companheiro, filhos, pais, irmã, sobrinhos	Botafogo
O.	3	companheiro, filhos	Botafogo
G.	4	marido, filhos	Botafogo
J.	2	filhos, mãe, irmã	Glória
L.	2	marido, filhos	Urca
S.	2	marido, filhos	Botafogo
Z.	2	marido, filhos	Santa Teresa
V.	2	marido, filhos, sogros	Copacabana

Nas famílias entrevistadas, verifiquei que todos os alunos residem com as mães biológicas, à exceção de um caso encontrado na EM, em que C. se apresentou como guardiã do aluno D., descrevendo seu papel peculiar de mãe-avó da seguinte forma:

D. considera a minha família, a família dele. A mãe está afastada, o pai ele não conhece. A mãe morava comigo quando ele nasceu. De três em três anos ela deixava a barriguinha... D. vive comigo desde que nasceu e mais duas irmãs... eu não sabia, mas eles falaram pra assistente social que a mãe maltratava, batia. Ela começou a beber. Aí... eu peguei a posse e guarda das crianças... Atualmente ela passa por lá, procura saber deles com gente conhecida, porque eles não querem falar com ela. Eu sou divorciada, tenho o meu filho que banca tudo, ele tá com 46 anos, mas não casou. Ele mora com o pai e trabalha em uma grande empresa. Ele aceitou os três como se fossem filhos dele. Ele é a parte forte de tudo. D. considera ele como pai.

Embora este seja apenas um caso, segundo informação dos gestores escolares não se trata de um exemplo isolado, mas um entre os múltiplos arranjos familiares que hoje chegam à escola. Em que pese a diversidade, no conjunto das 18 famílias entrevistadas, 12 apresentaram a configuração tradicional - pais e filhos do casal que compartilham a mesma residência - indicando que tanto na

escola municipal quanto na privada esta é ainda a formação predominante. Vale destacar, que três entre os 12 casais são formados em segunda união do pai, confirmando a possibilidade de integrar diferentes famílias ao longo da vida.

Filhos de casamentos anteriores do pai são mencionados pelos entrevistados das duas unidades de ensino, e assumidos como parte da família, como relata M., ao nomear os membros da família do filho R.: *“R. tem uma irmã. Tem um padrasto. Aqui somos nós. E aí eu tenho duas enteadas que durante a semana transitam por aqui, mas não moram aqui”*.

A família mono parental, constituída por mãe e filhos, apareceu em três casos, mas as mães destacaram que a separação física do casal não se mostrava impeditivo para o envolvimento dos ex-maridos nas atribuições de pai, como relata I. ao descrever a família do filho V.: *“Nós somos separados há uns 2 anos, mas ele é um pai presente. Ele mora aqui perto e volta e meia V. dorme na casa dele. Eu deixo a chave e o pai vem ficar com as crianças ou estudar com V.”*.

Recasamentos apareceram também entre as mães, dando origem à presença de padrastos e meio-irmãos, em casa. A mãe, que identifico como O., descreve a família da filha E., aluna da escola municipal da seguinte forma: *“Mora eu, o pai, as duas irmãs, e o meu marido atual. Eu sou separada do pai de E. Ela tem uma meia irmã que é filha do meu marido atual e tem uma irmã do mesmo pai dela”*.

Recasamentos resultam em novas fratrias, que passam a incluir meio irmãos, irmãos de criação e irmãos de consideração – filhos de uniões anteriores dos companheiros dos pais, que mantém entre si alguma forma de convivência regular.

Enquanto o número de filhos provenientes de cada união diminui, as novas categorias de irmãos dão origem à uma diversidade de configurações onde as relações de horizontalidade entre irmãos se tornam cada vez mais complexas. Embora as experiências de negociar, compartilhar e competir, vivenciadas entre irmãos sejam, sem dúvida, relevantes para a construção das futuras relações sociais com colegas, parceiros e amigos, foram muito poucos os estudos que encontrei sobre o tema. Barcellos (2009) é um dos autores que chama a atenção para os efeitos dos novos tipos de irmandade, dos novos arranjos de moradia e da divisão de atenção e tempo dos pais, na construção da identidade dos filhos.

Nas duas unidades de ensino que investiguei, predominou a família com dois filhos. Na EM encontrei uma família com quatro filhos - maior prole

identificada - enquanto no CP apareceram três casos de filhos únicos, confirmando a relação entre menor número de filhos e melhores condições financeiras.

A guarda compartilhada dos filhos aparece entre os casais separados, como relata M., mãe de R., ao descrever a situação em que tanto o ex-marido quanto ela mesma estabeleceram novas uniões conjugais: *“O pai é recasado também, mas ainda não teve filhos, é só ele e a esposa. R., duas vezes na semana dorme na casa do pai e também em finais de semana alternados”*.

O relato desta entrevistada aponta também para os vínculos de afeto que ainda se estabelecem entre patrões e empregadas domésticas que mantêm uma longa convivência com a família, quando M. descreve a família do aluno incluindo a empregada: *“R. tem uma irmã. Tem um padrasto. Tem a Rose [empregada] que a gente considera da família porque tá com a gente desde que ele nasceu”*.

Vínculo que também aparece, sob o ponto de vista da empregada, no relato de uma das mães usuárias da escola municipal ao falar de seu trabalho como doméstica, destacando a relação que mantém com a família para a qual trabalha:

Eu fiz a entrevista quando ela tava de sete meses de gravidez. Eu comecei a trabalhar lá e estou há 24 anos. O garoto nasceu, eu vi ele crescer. Hoje tá um homem. Depois nasceu o outro e fui ficando... e tô até hoje. Eu falo: ‘Mais vale uma amizade. Você fazer uma coisa que você gosta’. Agora todo mundo tá querendo trabalhar no comércio, mas a gente ganha muito mais na casa de família, né? Ela [patroa] fala que, quando faltar uns cinco anos pra me aposentar vai aumentar o valor, pra eu ter um salário mais bacana do INSS. É uma relação boa que eu tenho. É tipo: Você pode vim no final de semana porque vai ter um aniversário? Vou na boa. Mas também assim: Eu preciso ir no médico. Pode ir. Então, uma mão lava a outra.”

Enquanto no CP a residência conjunta abrange exclusivamente os membros da família nuclear acrescida, em casos específicos, de companheiros e enteados, na EM a moradia apareceu em vários casos compartilhada com a família estendida, incluindo avós, tios, sogros, sobrinhos, opção assumida como forma de reduzir despesas para enfrentar dificuldades financeiras.

A renda mensal das famílias, correspondente à soma dos salários de ambos os pais, identificada através do *survey*, mostrou uma grande disparidade entre os subconjuntos público e privado. Conforme observado no Quadro 18, apenas uma única família dos colégios privados declarou ter renda mensal inferior a R\$

930,00¹⁰, enquanto 46% das famílias das escolas municipais se colocaram neste patamar. No caso de renda mensal acima de R\$ 4.650,00, apenas onze indicações foram encontradas entre os pais das escolas municipais, ao passo que, nos colégios privados, 498 pais (entre 578) declararam se encontrar neste patamar.

QUADRO 18 Renda Mensal Familiar

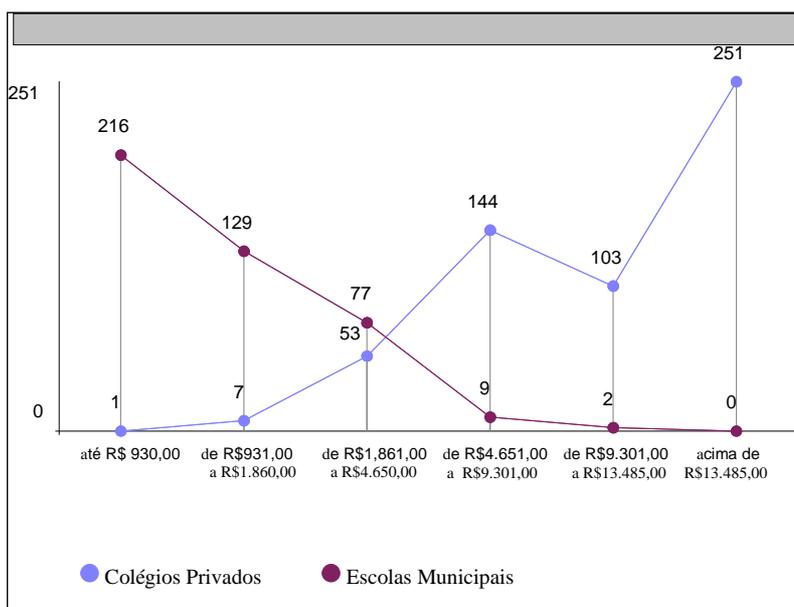
Colégios Privados			Escolas Municipais		
Renda	Freq.	%	Renda	Freq.	%
Até R\$ 930,00	1	0,2	Até R\$ 930,00	216	46,3
De R\$ 931,00 a R\$ 1.860,00	7	1,2	De R\$ 931,00 a R\$ 1.860,00	129	27,6
De R\$ 1.861,00 a R\$ 4.650,00	53	9,2	De R\$ 1.861,00 a R\$ 4.650,00	77	16,5
De R\$ 4.651,00 a R\$ 9.300,00	144	24,9	De R\$ 4.651,00 a R\$ 9.300,00	9	1,9
De R\$ 9.301,00 a R\$ 13.485,00	103	17,8	De R\$ 9.301,00 a R\$ 13.485,00	2	0,4
Acima de R\$ 13.485,00	251	43,4	Acima de R\$ 13.485,00	0	0,0
Não respondentes	19	3,3	Não respondentes	34	7,3
Total	578	100%	Total	467	100%
Acima de R\$ 4651,00 – 86,1%			Abaixo de R\$ 4651,00 – 90,4%		

Fonte: Survey SOCED

O Gráfico que se segue facilita a visualização das curvas de renda, apontando para o fenômeno de inversão que se verifica entre os dois grupos investigados, reafirmando a perspectiva de que a escola municipal permanece como opção somente para as famílias com menor poder aquisitivo.

¹⁰ As faixas de renda utilizadas foram definidas em função de múltiplos do salário mínimo nacional vigente na ocasião da construção dos questionários.

GRAFICO 4 Distribuição de Renda



Fonte: *Survey* SOCED

Perfis econômicos familiares tão díspares precisam ser ainda relacionados ao capital cultural, disponibilizado pelas famílias para apoio à escolarização dos filhos. A partir do *survey*, investiguei a modalidade de capital cultural objetivado, expresso na propriedade de objetos que favorecem a escolarização. (Nogueira e Nogueira, 2006: 41). Analisando a posse de livros e o acesso digital, constatei que 73% das famílias populares possuem em casa menos de 20 livros e, entre estas, 16% afirmam não dispor de nem mesmo um exemplar em casa, conforme Quadro 19. Nas famílias usuárias dos colégios privados entretanto, 43% das residências contam com mais de 100 livros, indicando uma vantagem significativa para os alunos destes colégios.

QUADRO 19 Posse de Livros

Quantos livros há em sua casa?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Nenhum	16	1
O bastante para encher uma prateleira (1 a 20)	57	15
O bastante para encher uma estante (20 a 100)	21	41
O bastante para encher várias estantes (mais de 100)	6	43

Fonte: *Survey* SOCED

Já no acesso à internet, segundo informação dos alunos, não se confirma a hipótese de privação digital das famílias populares, uma vez que a frequência de consultas aos *sites* é muito semelhante entre alunos dos dois subsistemas. Ao que parece, se os livros permanecem como marca distintiva das famílias das elites culturais, a rede de computadores democratiza o acesso a informação.

QUADRO 20 Acesso à Internet

Consulta sites da internet?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Nunca	5	2
Algumas vezes	20	18
Quase sempre	27	32
Sempre	48	48

Fonte: *Survey* SOCED

O movimento das famílias de ambos os subconjuntos, em direção à valorização e apoio dos estudos dos filhos, também fica claro quando os alunos revelam que escola e estudos são os temas que permeiam, com maior frequência, as conversas entre pais e filhos, conforme Quadro 21.

QUADRO 21 Temas de conversas entre Pais e Filhos

Converso sempre/ quase sempre com meus pais sobre	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Escola	87	93
Estudos	91	91
Religião	46	22
Drogas	74	52
Sexo	60	35

Fonte: *Survey* SOCED

Caracterização dos Alunos

Em relação aos alunos, desenvolvo a reflexão aqui apresentada em torno da trajetória e desempenho escolar, da participação em atividades complementares à escolarização e dos horizontes de estudos.

Os dados do *survey* revelam que a repetência é um fenômeno muito mais presente nas escolas municipais do que nos colégios privados, conforme Quadro 22. Estudos em colégios privados de prestígio identificam alguns dos mecanismos utilizados para afastamento dos alunos que enfrentam dificuldades de aprendizagem, evitando que os mesmos cheguem a ser reprovados (Mandelert, 2010)¹¹, reafirmando a hipótese de que a repetência acaba por atingir, mais diretamente, as escolas públicas. Na visão dos próprios alunos, as principais causas de reprovação estão relacionadas as dificuldades para organizar os estudos e entender a matéria (61%). Com um percentual bem menor de indicações apareceu falta de estudo do aluno, professores que não explicaram bem a matéria (31%) e ainda problemas familiares (26%). Embora atribuindo parte da responsabilidade à professores e família, os alunos parecem se reconhecer como principais responsáveis pelo próprio fracasso escolar.

QUADRO 22 Repetência

Você já repetiu o ano?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Não	67	92
Sim	33	8

Fonte: *Survey* SOCED

No conjunto de pais entrevistados não encontrei casos de alunos repetentes, à exceção de uma mãe cujo filho vivenciava grandes possibilidades de reprovação na série em curso. Tanto o aluno, que se descreveu como “*preguiçoso, disperso e meio relaxado*”, quanto a mãe atribuíram a responsabilidade pela possível repetência ao próprio aluno. Segundo depoimento da mãe:

Ele não tem déficit nenhum, é só questão de focar, estudar e fazer os exercícios. Fazer os deveres de casa, que ele não faz. Eu penso que

¹¹ Pesquisa desenvolvida por um dos membros do SOCED utilizando dados do mesmo *survey*.

ele faz, mas não faz. Ele diz que não tem, e tem. Aí ele pede milhões de desculpas: ‘Vou mudar. Não vou fazer mais isso’.

No Quadro 23 apresento as informações sobre desempenho e trajetória escolar dos alunos, colhidas nas entrevistas realizadas com os pais.

QUADRO 23 Alunos cujos pais foram entrevistados

Responsável	Aluno	Idade	Creche	Ano de Ingresso	Desempenho Escolar	Atividades Complementares
Colégio Privado - CP						
A.	L.	14	sim	1º	Médio	Inglês, Música, Aula Particular
T.	C.	14		6º	Médio	Inglês, Dança, Aula Particular, Terapia
D.	B.	14	sim	3º	Bom	Inglês, Música, Aula Particular
E.	G.	14	sim	1º	Muito Bom	Inglês, Dança
F.	N.	14	sim	1º	Bom	Inglês, Esporte
B.	O.	14	sim	1º	Fraco	Inglês, Aula Particular
M.	R.	14	sim	9º	Médio	Inglês, Esporte, Aula Particular
R.	A.	14	sim	1º	Muito Bom	Inglês, Dança, Aula Particular
I.	V.	14	sim	1º	Médio	Inglês, Música, Esporte, Aula Particular
Escola Municipal - EM						
C.	D.	15		1º	Médio	Inglês, Preparatório para Trabalho
N.	M.	14		2º	Bom	Preparatório para Concurso
O.	E.	14	sim	1º	Muito Bom	Preparatório para Concurso
G.	H.	15		6º	Bom	Preparatório para Concurso
J.	J. J.	15		6º	Muito Bom	Esporte, Preparatório para Trabalho
L.	F.	14		1º	Muito Bom	Inglês, Preparatório para Concurso
S.	U.	14		1º	Muito Bom	Preparatório para Concurso
Z.	K.	14	sim	6º	Médio	Preparatório para Concurso
V.	I.	14		6º	Muito Bom	Preparatório para Concurso

No colégio privado, as entrevistas realizadas, tanto com os pais quanto com os gestores, confirmaram o baixo índice de reprovação. Coordenadoras e orientadoras atribuem este resultado ao “*esforço conjunto do tripé colégio-família-aluno*” e enfatizam a importância de buscar a formação de hábitos de estudo desde o início da vida escolar, mantendo um diálogo permanente com o aluno e a família. Segundo a Coordenadora, apesar dos esforços do dia-a-dia, ao final do ano, “*em alguns casos o conselho de classe - formado por professores e gestores - sugere que o aluno procure outra escola. Porque não é o professor quem reprova, é sempre um consenso e ninguém é convidado a sair sem ter um histórico que justifique esta decisão*”, enfatiza ela. A orientadora acrescenta que há casos em que “*fazemos o compromisso*”, descrevendo, a título de exemplo,

uma situação em que o conselho decidiu que o aluno precisava sair do colégio, porém *“Na nossa conversa com o aluno e a família, ele pediu uma chance. Ele queria uma chance e dizia que ia mudar. A gente entende que ele hoje é um menino de 15 anos, e já tem noção que está assumindo um compromisso e tem que bancar aquilo. Então, a gente deu mais uma chance. Ele assinou um termo, junto com a família e ele tem o primeiro trimestre pra ser avaliado. Se ele não demonstrar que vai aproveitar essa chance, já tem o compromisso dele em procurar outro colégio”*.

Há ainda situações em que o aluno reprovado *“não é um mau aluno, mas não se dedicou aos estudos”*. A questão é discutida com o aluno e a família e a reprovação é mantida até que *“o próprio aluno reconhece que não fez o que ele tinha que fazer”*.

Na EM, conforme Quadro 23, os pais indicaram que os alunos estavam cursando o 9º ano com 14 anos, de forma que todos os alunos deveriam concluir o ensino fundamental com no máximo 15 anos, feitos no decorrer do ano.

Em entrevista, a diretora da EM esclareceu que a escola vem desenvolvendo com sucesso, ao longo dos últimos dois anos, um projeto de aceleração de aprendizagem¹² direcionado aos alunos com defasagem idade-série superior a dois anos, que são alocados em uma turma diferenciada.

Os pais da EM destacam o bom desempenho escolar dos filhos - visto como motivo de orgulho e resultado do empenho do aluno nos estudos. Os anseios dos pais parecem ter sido internalizados pelos alunos de tal forma que chegam por vezes a ir além das expectativas explicitadas pelos familiares, como relata L., mãe da aluna F.:

Ela era tão ‘caxias’ que chegava em casa, não queria nem almoçar, queria fazer o dever. Eu brigava com ela... você vai primeiro tomar banho, descansar, almoçar, depois você vai fazer o dever de casa. Mas ela queria logo fazer.

A percepção do filho como bom aluno aparece também no CP, apreciada pelos pais, porém encarada pelos filhos com certa ambiguidade. Alguns pais entrevistados relatam a forma como os filhos lidam com as notas escolares, optando deliberadamente por alcançar graus menores do que poderiam para evitar

¹² A experiência da escola com o Projeto Autonomia Carioca encontra-se descrita e analisada em trabalho publicado por Xavier & Canedo, 2012.

o estigma de “nerd”, apelido atribuído pelos colegas aos alunos que se dedicam muito aos estudos, como forma de zombaria e conseqüente risco de distanciamento ou mesmo exclusão do grupo. E., mãe da aluna G., relata que:

Ela foi a única do grupo de amigas, que no 1º trimestre não ficou em recuperação em nenhuma matéria. E ela sentiu muito. Ela teve um baque porque as amigas ficaram em recuperação, então ficavam à tarde no colégio. Estudavam um pouquinho mais, faziam o almoço juntas ou um lanche. G. ficou meio que excluída. Foi um movimento natural, não foi uma exclusão premeditada, mas ela não tava ali, então não almoçava, já que não almoçava não combinava um cinema à tarde no fim de semana. Então G., nitidamente, estudou menos nesse trimestre pra não ficar excluída. Ela não se dedicou tanto e eu agora já fiquei meio calada, porque o que adianta minha filha ter uma excelente nota e ficar infeliz em casa?

Foi entre os alunos classificados com desempenho médio pelos pais entrevistados que percebi as maiores diferenças nas relações com os estudos. No CP os pais indicam que os filhos estudam somente “o mínimo para passar”, relacionando desempenho mediano com baixo investimento do aluno, enquanto na EM o resultado mediano é atribuído a limitações do aluno como “lentidão para aprender”. A conotação negativa do insucesso escolar aparece com muito mais força no caso das famílias populares que freqüentam a escola pública, reforçando a auto-imagem de deficiência, atribuída pelo senso comum às camadas populares.

Nas duas unidades pesquisadas verifiquei que todos os alunos, cujos pais foram entrevistados, desenvolvem regularmente atividades complementares a escola. Na EM, a dupla jornada de estudos aparece como marca característica entre os alunos de 9º ano, que estão prestes a enfrentar o desafio de conseguir vaga em uma boa escola, para cursar o ensino médio. A atividade predominante entre os alunos da escola municipal é o curso preparatório para concursos de acesso às escolas federais e privadas de ensino médio. Entre os nove entrevistados, somente um aluno não estava matriculado em um curso preparatório. Com muito menor frequência aparece o curso de inglês e a prática de esportes.

No CP, todos os alunos cujos pais foram entrevistados, fazem curso de inglês, a maioria desenvolve atividades relacionadas à música e dança e, em alguns casos, aparece a prática de esportes. A opção pelo estudo de língua estrangeira, embora presente nas duas unidades, vincula-se a propósitos bastante diferentes, segundo os entrevistados. Enquanto no CP vários pais consideram a

possibilidade de que os filhos venham, em futuro próximo, a estudar ou trabalhar no exterior, na EM o conhecimento de inglês aparece como atributo necessário para facilitar o ingresso no mercado de trabalho.

No CP, quase todos os pais entrevistados indicaram que os filhos estavam utilizando, ou já utilizaram com regularidade, o apoio de professores particulares. Embora o colégio ofereça aulas de reforço, formalmente instituídas e alguns professores disponibilizem horários para “tirar dúvidas” dos alunos, a prática do professor particular parece estar já arraigada no imaginário das famílias. “Naturalizada”, enquanto recurso para enfrentar as dificuldades escolares ou mesmo para “dar mais segurança” ao aluno, o professor particular é frequentemente acionado pelos pais ou mesmo pelos alunos.

A atuação de professores particulares não apareceu entre os alunos da escola pública, nem mesmo na modalidade de “explicadoras”. Nas diversas vezes em que estive na escola, observei nos quadros de aviso, cartazes com indicação de aulas de reforço para os alunos na própria escola, além de orientações sobre acessos a cursos gratuitos, promovidos pelo sistema FIRJAN, entre os quais figurava o reforço escolar. O foco da escola, no apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, apareceu ainda no depoimento do coordenador pedagógico ao relatar o êxito do projeto de monitoria que implantou na escola, onde, tanto os alunos que estão atuando como monitores, quanto aqueles que estão recebendo apoio, gostam de participar do projeto. Tanto o coordenador quanto a diretora relatam que dão aulas de reforço quando há falta de professor.

O ingresso na instituição de ensino ocorreu também mais cedo para a maior parte dos alunos do CP do que da escola municipal, conforme mostra o Quadro 24. Enquanto mais da metade dos alunos de 9º ano cursou todo, ou quase todo o ensino fundamental no CP, 50% dos alunos da EM ingressaram nesta escola apenas no segundo segmento do ensino fundamental, vivenciando assim um menor tempo de inserção nesta escola.

QUADRO 24 Ingresso na Escola/ Colégio atual

Em que série você ingressou?	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Educação infantil	12	14
1º/ 2º ano	18	42
3º/ 4º/ 5º ano	20	12
6º ano	30	14
7º/ 8º/ 9º ano	20	18

Fonte: *Survey* SOCED

Nas entrevistas com os pais, a trajetória escolar dos alunos do CP mostrou que a maioria deles havia estado em uma mesma creche/ escola durante a educação infantil, revelando assim um “caminho” de acesso ao colégio, conforme explicitado por R., pai de uma aluna:

Ela fez a creche, que tinha um convênio com o colégio e ela passou de uma pra o outro. Esse convênio facilitou as coisas porque eu acho que às vezes tem problema de vagas e fazem um “vestibulinho”, que eu acho que é uma coisa estressante para a criança. Aliás, isso foi um dos critérios que ajudou a gente a escolher a creche, que tinha esse convênio para entrar direto no colégio.

Vale destacar ainda que a maioria dos alunos do CP, segundo os pais entrevistados, frequentou a creche desde os primeiros meses de vida, sinalizando para uma experiência precoce em termos de socialização ampliada. Já entre os alunos da EM, somente dois vivenciaram a creche, enquanto os demais ingressaram na educação infantil, com quatro anos de idade.

A conclusão do ensino fundamental parece adquirir um significado diferenciado para os pais dos alunos da EM, cujos filhos irão enfrentar a mudança de escola e mesmo de rede de ensino, uma vez que cabe à rede municipal a condução do ensino fundamental, enquanto o ensino médio fica a cargo da rede estadual. Os pais entrevistados percebem este momento como desafio, decisivo para a continuidade da escolarização dos filhos. O., mãe da aluna E., conta a conversa que teve recentemente com a filha:

Filha, você sabe que esse ano é o ano do estudo. É o ano do tudo ou nada. Então, você vai assumir. Você tá nesse curso e você vai ficar nesse curso. Você não queria? Então, você vai se dedicar.

Os pais entrevistados enfatizaram a preocupação com a escolha da escola para a nova etapa, revelando conhecimento das possibilidades e segurança nas opções almejadas. Foi unânime a indicação da pouca confiança na qualidade de ensino oferecido atualmente na rede pública estadual, associada à preocupação em relação aos colegas com os quais o filho iria conviver. O ensino técnico, que viabiliza o ingresso mais rápido no mercado de trabalho, apareceu entre as preferências, notadamente das famílias dos alunos que não alcançam os melhores resultados acadêmicos. Bons colégios privados e um renomado colégio público federal configuram-se como objetos de desejo das famílias e dos alunos que alcançam as melhores notas. Vale destacar a ação, desenvolvida pela EM pesquisada, no sentido de apoiar a continuidade dos estudos dos alunos, fornecendo às famílias indicações sobre os processos de acesso às melhores escolas públicas e a bolsas de estudo nos colégios privados. Além de oferecer informações organizadas, esta EM estimula a participação dos alunos nos concursos, firma convênios para bolsas de estudo e orienta os pais em relação aos caminhos a serem trilhados para ingressar no ensino médio.

Para os alunos do CP, que na maioria dos casos pretendem dar prosseguimento ao ensino médio no próprio colégio, o 9º ano tem um significado bem menos relevante. Vale destacar a estratégia de aproximação adotada por este CP ao dar um tratamento diferenciado aos alunos do 9º ano, colocando-os no mesmo turno dos estudantes do ensino médio, promovendo já uma convivência entre os alunos da última série do ensino fundamental com aqueles que já cursam a nova etapa da escolarização. Apenas em duas situações foram citados, pelos responsáveis, outros colégios como alternativas a considerar no caso de não permanência no CP. O primeiro foi considerado em função da possibilidade de gratuidade das mensalidades, revelando que a questão financeira está presente para algumas famílias, e o segundo por ser um colégio “*mais liberal*” que, na visão da mãe, poderia ser mais adequado as características do filho.

A antecipação do ensino individualizado de disciplinas como física, química e biologia e a participação no grêmio, junto com os alunos do ensino médio, são

outras ações postas em prática pelo CP para que a transição entre os segmentos de ensino fundamental e médio se faça dentro de uma perspectiva de continuidade.

3.3 – Perfis familiares em uma escola pública e um colégio privado

Quando analiso diferentes aspectos relativos as famílias, adotando uma perspectiva horizontal, a partir das respostas fornecidas pelo conjunto dos entrevistados, percebo que perco a possibilidade de visualizar a forma como tais aspectos se combinam entre si, dentro de uma mesma família, formando entrelaçamentos, que podem ser úteis para tornar mais visíveis as estratégias familiares.

A riqueza dos depoimentos colhidos junto aos responsáveis me estimulou a oferecer ao leitor a possibilidade de uma outra visão das famílias entrevistadas, assumindo uma nova perspectiva de observação, que permite vislumbrar as articulações entre as respostas fornecidas, na forma de perfis familiares.

Olhando para o conjunto das 18 entrevistas realizadas com os responsáveis, identifico semelhanças na percepção dos pais em relação ao processo de escolarização dos filhos e ao papel que cabe a escola desempenhar. Optei por mostrar cinco perfis, que a meu ver são representativos das 18 entrevistas, uma vez que cada perfil aponta uma realidade relativamente singular, que se refere a uma ou mais famílias, identificadas tanto na EM quanto no CP, conforme Quadro 25.

QUADRO 25 Distribuição dos Perfis Familiares na relação com a Escola

Perfil	EM	CP
1 - Família Acredita	3	2
2 - Família Exige	2	3
3 - Família Complementa	2	2
4 - Família Trabalha	1	1
5 - Família Delega	1	1

Como partes de um mosaico, os cinco perfis permitem vislumbrar o conjunto das famílias usuárias das duas unidades de ensino investigadas.

Na direção dos trabalhos desenvolvidos por Lahire, apresento cada um dos perfis procurando “encarnar nesses perfis minha leitura sociológica das situações sociais, para demonstrar que os casos particulares tratados não passam de sínteses originais de características igualmente genéricas” (Lahire, 2004: 71)

Para ilustrar as peculiaridades dos cinco perfis, associei à cada um deles um “retrato de família”, tomando emprestado da fotografia - arte de fixar uma imagem com o auxílio da luz - a possibilidade de compartilhar as imagens das famílias que conheci, no momento em que foram entrevistadas.

Os cinco retratos, que apresento adiante, incluem as observações que registrei desde os primeiros contatos com os entrevistados até à conclusão das entrevistas, sintetizando os diferentes temas tratados.

PERFIL 1: Família acredita na escola

Família que, independente do capital financeiro e cultural de que dispõe, valoriza a educação e acredita na escola enquanto instituição qualificada para oferecer aos filhos os conhecimentos necessários à construção de um futuro promissor. A família investe esforços na busca de boas escolas e deposita grandes expectativas na atuação da escola, acompanhando de perto as atividades escolares dos filhos e mantendo um diálogo freqüente com a escola. Pais que acreditam em um futuro melhor para os filhos, alcançado a partir do êxito escolar e mantém uma relação de respeito e admiração em relação à escola. Idealizando a escola, o responsável atribui à ela o protagonismo na educação dos filhos e colca-se como coadjuvante, empenhado em fazer “a sua parte”, apoiando as orientações e decisões dos gestores e professores.

Retrato de Família 1

A entrevista com Z., mãe do aluno K., que cursa a escola municipal foi remarcada por três vezes em função de suas dificuldades de ausentar-se do trabalho. Quando finalmente conseguimos nos encontrar na escola, Z. mostrou-se, à princípio, pouco à vontade com a situação de entrevista. Ao logo da conversa, Z. foi se mostrando mais confiante, colocando seus pontos de vista com clareza, revelando que sabe o que quer e não mede esforços para alcançar seus objetivos.

Z. tem 40 anos, estudou até a última série do ensino fundamental e no futuro pretende retomar os estudos para cursar “o ensino médio e depois gastronomia”. Trabalha como doméstica em uma mesma casa de família desde os 15 anos de idade, quando veio do interior da Paraíba para morar no Rio de Janeiro. Reside em Santa Teresa, com o marido e dois filhos que já ultrapassaram o nível de escolarização alcançado pela mãe. A menina, de 15 anos, é ex-aluna da EM e atualmente

curso o primeiro ano do ensino médio em uma Fundação enquanto o menino, com 14 anos, cursa o último ano do ensino fundamental.

Z. escolheu esta EM após buscar referências, realizando uma *“pesquisa com pessoas conhecidas”*. Visitou a escola para comprovar as informações obtidas e confirmou sua opção, precisando insistir muito para conseguir matricular os filhos, uma vez que foi informada que a escola não tinha vaga. *“Eu quero e eu consegui”* - lembra ela, revelando sua disposição para enfrentar barreiras. Após o ingresso dos dois filhos, afirma que: *“a escola me surpreendeu, descobri que é melhor do que eu pensava, a diretora é maravilhosa, a coordenadora é gente boa. Elas querem que a criança aprenda mesmo”*. Destaca a *“falta de união dos pais, que são muito ausentes”*, embora reconheça que *“quem procura esta escola, quer o melhor para os filhos e tem um nível mais elevado”*, sinalizando para a forma como melhores escolas atraem melhores alunos, ampliando as possibilidades de melhores resultados. *“Aqui tem menos mães barraqueiras”*, ressalta Z., mostrando que a menor disponibilidade de recursos financeiros não se traduz, necessariamente, em relacionamentos mais conflituosos.

A mãe assume sozinha, pois o marido não participa, a responsabilidade pela escolarização dos filhos. Z. valoriza muito a escola e explicita sua opinião para os filhos, afirmando que *“o professor é o cara, eu só ajudo”*. Acompanha de perto os estudos do filho, verificando se K. fez os trabalhos de casa, pedindo para a vizinha *“dar uma olhada”* se ele está estudando, e comparecendo à todas as reuniões. Sabe que ele está com algumas notas baixas e ficou em recuperação. Avalia o filho como um aluno médio, que é *“lento para aprender”*, embora relate, com visível satisfação, que K. se saiu muito bem no torneio de xadrez – *“que exige inteligência”*. Ressalta a iniciativa e o desembaraço de K., relatando que ele queria muito um brinquedo, mas como a família não dispunha de recursos para comprar, ele tomou a iniciativa de fazer pequenos trabalhos, juntou o dinheiro necessário e comprou o brinquedo. Na percepção de Z., é o esforço aliado à educação que garantem o sucesso.

Z. relata que o filho está fazendo, paralelamente à escola, um curso preparatório para as provas de acesso às melhores escolas de ensino médio. A despesa com o curso *“é bem puxada”* para a família, mas Z. confia no resultado deste investimento, que já obteve retorno no caso da filha mais velha.

A responsável sabe que existe o Conselho Escola-Comunidade na escola, porém nunca participou por falta de tempo. Se pudesse gostaria de *“ser voluntária”* para ajudar na escola, retribuindo o que a escola faz pelos seus filhos.

PERFIL 2: Família exige resultado da escola

Família acredita no valor da educação, reconhece a importância da escola e cobra da escola o exercício pleno de sua função. Os pais disponibilizam em casa um ambiente familiar favorável à aprendizagem e se empenham em viabilizar os recursos necessários para atender as demandas escolares, acompanhando cada passo da escolarização dos filhos. A família, que por seu lado se esforça para garantir uma educação de qualidade para os filhos, não aceita e reage às limitações que enxerga na escola, apontando as falhas e cobrando mudanças. A postura questionadora adotada pelo responsável cria, por vezes, certo distanciamento em relação aos agentes escolares. Apesar de reconhecer que os filhos estão em uma escola conceituada, que proporciona bom ensino, o responsável mantém uma relação tensa com a escola, assumindo a posição de cliente que espera receber todos os serviços aos quais acredita ter direito.

Retrato de Família 2

No primeiro contato telefônico J. mostrou-se bastante receptiva à realização da entrevista, colocando-se imediatamente disponível para comparecer à escola na data e horário proposto. Chegou com 15 minutos de antecedência e logo de início informou que “*não tinha pressa*”, deixando clara sua disposição para falar sobre a escolarização dos filhos. O convite para entrevista parece ter sido percebido pela mãe como oportunidade para ser ouvida e reconhecimento pelo seu empenho no acompanhamento dos filhos.

J. tem 42 anos, é enfermeira e exerce sua profissão em dois hospitais. Seu horário de trabalho, em esquema de plantão faz com que suas atividades pessoais se desenvolvam de forma irregular. Viúva, J. perdeu o marido em acidente de carro, ocorrido quando ela estava grávida. Não voltou a casar-se, priorizando os filhos. Reside na Glória, com a mãe e uma irmã arquiteta, além dos dois filhos, atualmente com 15 e 14 anos, ambos cursando o 9º ano na escola municipal. A residência conjunta com a família de origem funciona como respaldo para que J. possa conciliar suas tarefas profissionais com atividades domésticas.

J. afirma que valoriza a escola pública e “*gosta de educar os filhos em uma escola onde eles podem aprender e não há pagou – passou*”. Ressalta que, apesar de trabalhar muito, sempre acompanhou os estudos dos filhos, ajudando nos trabalhos escolares e conversando sobre as matérias que eles estão estudando. Quando não pode estar presente, a mãe utiliza o telefone para se informar de “*tudo o que ocorre na escola*”. Os filhos iniciaram a escolarização em uma escola da rede municipal, onde cursaram a educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental. Lá, J. conta, com orgulho, que mantinha um relacionamento bastante próximo com a direção e foi mãe representante, comparecendo em eventos externos, promovendo reuniões com as outras mães e dando palestras na área de saúde.

Segundo J., o filho mais velho chegou a iniciar o segundo segmento do ensino fundamental em outra escola municipal, mas quando a mãe percebeu que “*ele não estava aprendendo nada*”, optou por retirá-lo da escola, mesmo sabendo que com isto ele perderia um ano. Escolheu a atual escola baseada nas referências sobre a qualidade do ensino oferecido - “*sempre falaram muito bem dessa escola*”. Para matricular os filhos conta que precisou “*dormir na fila*”.

J. reconhece a qualidade da escola atual que está “*entre as 10 melhores públicas*”, segundo as pesquisas que encontrou. Faz críticas ao que chama de “*parte humana*”, relatando erros frequentes nos boletins e morosidade para resolver problemas administrativos, tais como o cartão para uso de transporte gratuito e a inscrição dos filhos nos jogos estudantis. Conta que os meninos são atletas de corrida e treinam todas as tardes. Recentemente iniciaram um curso preparatório para o primeiro emprego, através de indicação da escola. J. diz que os filhos são responsáveis, estudiosos, bons alunos e “*muito queridos e elogiados*” na escola. Lembra-se de uma única ocasião em que os filhos tiveram dificuldades com o professor de matemática. J. procurou imediatamente a diretora e o coordenador, porém não ficou satisfeita com as respostas obtidas. Levou o assunto para a reunião de pais e pretende continuar insistindo até que o professor seja substituído.

A mãe diz que gostaria de ter se candidatado para representante dos pais no Conselho Escola-Comunidade, porém “*não conseguiu saber a tempo*” de fazer sua inscrição. Até hoje não conhece a mãe eleita como representante, que nunca a procurou. Parece ressentir-se da falta de uma maior interação com a escola, que talvez não ocorra em função da forma enfática com que “*reivindica qualidade de ensino*”.

PERFIL 3: Família complementa o trabalho da escola

Família neste perfil valoriza a escolarização dos filhos e aprecia os esforços da escola, adotando uma postura colaborativa em relação à instituição de ensino. O responsável empenha-se em conhecer as limitações da escola, e as aceita como naturais. Mantém uma relação amistosa e agradecida com os agentes escolares, valorizando tudo o que contribui para a aprendizagem dos filhos. Confia no trabalho desenvolvido e acredita na parceria entre família e escola, em prol do melhor resultado dos alunos. Empenha-se para complementar em casa, o trabalho da escola, utilizando os recursos de que dispõe para suprir as eventuais

deficiências encontradas. Família que detém o “senso do jogo” necessário para se movimentar no campo escolar, coloca em prática ações e mobiliza recursos para retirar o maior partido possível do que a escola pode oferecer. A articulação entre o universo familiar e escolar se realiza sem dificuldade. O êxito na aprendizagem alcançado pelos filhos-alunos sustenta a boa imagem da escola, favorecendo a construção de uma relação amistosa também por parte da escola, para com a família.

Retrato de Família 3

Desde o primeiro contato telefônico V. me recebeu gentilmente, informando que já estava a par da pesquisa e disposta a colaborar. Marcamos a entrevista na escola, por opção dela, e quando cheguei ao local, antes do horário combinado, já a encontrei tranquilamente aguardando. Durante a entrevista V. manteve uma postura interessada, reflexiva e colaboradora, retomando espontaneamente pontos para fornecer mais detalhes, à medida que se recordava de aspectos que a seu ver poderiam contribuir para o melhor entendimento.

V. tem 58 anos, é mestre em química, “*deu aulas*”, porém desde que foi mãe optou por “*dedicar-se exclusivamente a cuidar dos filhos*”, abandonando as atividades profissionais. Mora em Copacabana com o marido, duas filhas e os sogros. A filha mais nova, com 14 anos, cursa o 9º ano na escola pública, e a mais velha, de 15 anos, ex-aluna da mesma escola, cursa atualmente o 1º ano do ensino médio em um colégio público federal.

As duas meninas iniciaram os estudos em uma escola privada, porém há cerca de cinco anos, problemas financeiros levaram a família a ter que recorrer à rede pública. V. leu matéria, publicada em uma revista de grande circulação, sobre as 20 melhores escolas no RJ e identificou que uma única escola da rede municipal figurava na lista. Decidiu que esta seria a escola para suas filhas e buscou o pólo de matrícula do município para saber como obter a vaga para as filhas. Lá foi orientada a “*matricular as filhas em qualquer escola da rede municipal e depois solicitar transferência para a escola desejada*”. Assim procedeu e conseguiu colocar a filha mais velha na escola almejada. No caso da mais nova precisou acionar sua sogra, que mobilizou sua rede de amizades pessoais para obter a vaga, com a mediação da Secretaria Municipal de Educação.

Focada no desempenho escolar das filhas, V. conta que desde que ingressaram, estabeleceu junto a elas que, “*se a média da escola é sete, aqui em casa a nota mínima é oito*”. V. destaca que sempre se interessou pelos estudos das filhas, vem sempre à escola “*para saber alguma coisa*” e frequenta as reuniões de pais. Em casa, estipula horário de estudo - “*ampliado com a vinda para a rede pública, para não deixar o ritmo cair*”. Acha que “*a escola dá a base, mas é importante não se contentar só com o que a escola pode oferecer, buscando mais livros e outras coisas*”. Matriculou a filha em um curso preparatório para concursos de acesso às melhores escolas estaduais, complementando o trabalho da escola.

V. relata que “*não se decepcionou*” com a escola pública. Elogia a escola dizendo que “*não tem nada a reclamar, mas muito a agradecer*”, referindo-se a gratuidade do ensino público. Aponta como diferencial desta escola a “*abertura da direção e dos professores para conversar com os pais e o empenho da direção em lutar pela escola*”. V. sente-se gratificada pelo bom resultado escolar das filhas e credita parte deste sucesso à escola. Destaca que “*a diretora conhece bem cada aluno e valoriza o empenho dos pais*”, deixando claro o sentimento positivo que nutre pelos agentes escolares.

Sobre o Conselho Escola-Comunidade V. diz que “*nunca foi entrosada*” e pouco sabe sobre o seu funcionamento. Quando há eleições “*vota de acordo com as indicações das filhas*” e também pouco participa das atividades socioculturais na escola, revelando que seu envolvimento com a escola está focado na aprendizagem das filhas.

PERFIL 4: Família ‘trabalha’ na escola

Família que estabelece relações muito próximas com a escola, assumindo a responsabilidade pela execução de tarefas, operacionais ou administrativas, que acabam por alcançar uma importância que supera o envolvimento com a escolarização do próprio filho. Pai que vivencia a participação na escola dos filhos como experiência prazerosa, que lhe permite retomar a convivência com uma instituição que apreciou enquanto aluno. Família que coloca suas competências a serviço da escola, executando tarefas cotidianas ou assumindo funções, onde encontra reconhecimento e realização pessoal. Valoriza o trabalho da escola e participa de forma efetiva do cotidiano escolar, cumprindo voluntariamente atribuições que lhes são delegadas, suprimindo lacunas ou atuando como representantes da escola, junto aos demais responsáveis ou a terceiros. Aprecia e acata as orientações emanadas da direção, com a qual mantém uma relação de confiança e cumplicidade, tornando-se mais do que pai de alunos, parte da escola. Pai que ocupa formalmente cargo de representação do conjunto de responsáveis, porém na prática funciona mais como representante da escola, perante os demais responsáveis. Embora as políticas de incentivo a presença dos pais na escola enfatizem a parceria em prol dos alunos, a apropriação que as famílias faz, parece distante dos objetivos almejados, levando o pai a assumir uma postura como membro da equipe escolar. O exercício simultâneo de um duplo papel, onde a identidade como responsável por um aluno se mistura com o papel que desempenha na equipe escolar, parece trazer dificuldades de conciliação para o pai.

Retrato de Família 4

Foram necessários vários contatos telefônicos para marcar a entrevista com F., além de um e-mail para “lembrá-lo” e de um contato com seu “secretário” para “anotar na sua agenda”. A entrevista foi marcada para ser realizada no colégio e F. chegou atrasado, demorou à encontrar um local que considerasse apropriado e logo que iniciamos informou que poderia dispor de apenas 30’ para a entrevista, em função de outros compromissos. F., pai de dois alunos do colégio e presidente da associação de pais (APM), deixou claro, com suas atitudes, a pouca disposição para participar da pesquisa, parecendo ter aceitado o convite por não encontrar uma forma de recusá-lo. Falando sempre muito rápido e passando de um assunto a outro, F. assumiu a dianteira da conversa, deixando pouco espaço para perguntas.

F. tem 52 anos, é psicólogo e empresário, reside em Laranjeiras com a mulher, que também é psicóloga, e os filhos. F. ressalta seu interesse pela educação, comentando que gostaria de cursar o mestrado nesta área, sinalizando que sua relação com o colégio vai além de seu papel de pai de aluno. F. pouco fala sobre a escolarização dos filhos, menciona que ambos cursaram a educação infantil em um “*colégio conveniado*” e de lá ingressaram no ensino fundamental, no colégio atual. O pai mostra-se pouco seguro para informar a idade e a série atual dos filhos, mas afirma que os dois são bons alunos.

Revelando muito mais desembaraço, F. relata sua atuação na APM, destacando que foi reeleito para seu segundo mandato como presidente. Embora houvesse uma única chapa, F. conta o quanto se dedicou à campanha, acrescentando, com orgulho, que *“este cargo já foi ocupado por Austregésilo de Athayde”*. Ressalta que a APM é quase tão antiga quanto o próprio colégio. Destaca que participa das reuniões semanais do conselho pedagógico do colégio (foram 42 reuniões em um ano), onde *“todos os assuntos são abertos”*, o que a seu ver mostra a *“transparência do colégio”*. F. revela, entretanto, que não há um canal formal para que as questões tratadas nas reuniões do conselho, e nem mesmo nas reuniões da APM, cheguem aos demais pais de alunos.

Segundo F., a diretoria da associação é formada por 15 pais, um professor e o diretor do colégio, que atua como moderador. Entre as principais questões tratadas no âmbito da APM estão: atrasos dos alunos – *“no dia de hoje registramos, entre 500 alunos, 252 com atraso”*, disciplina, aplicação de punições e incentivos à participação dos pais.

F. conta que o formato da reunião de abertura deste ano foi sugerido por ele, porém acredita que *“a maioria dos pais gostou da melodia, mas poucos entenderam a letra”*, indicando que não foi alcançado o objetivo de ampliar a compreensão sobre o *“projeto pedagógico do colégio”*, que considerava como prioridade. Entre as realizações de sua gestão na APM lembra um episódio onde a associação assumiu a condução do problema, *“preservando a direção do colégio”*. A situação foi enfrentada profissionalmente com o apoio de advogados, psicólogos e relações públicas e, posteriormente, chegou até às famílias dos alunos através de uma palestra. Esta experiência bem sucedida, motivou a realização de outras palestras, abordando questões como *“autoridade dos pais e redes sociais”*.

Durante toda a entrevista F. focalizou a sua própria atuação junto ao colégio, deixando transparecer um forte vínculo com a direção. Repetindo, de forma quase idêntica, algumas falas do diretor, citando-o nominalmente por diversas vezes, F. mostra o quanto se identifica e aprecia os valores defendidos pelo colégio. F. vê as famílias usuárias do colégio como *“mais esquerdistas, mas não tão participantes quanto seria de se esperar”*. Em todas as situações relatadas por F., envolvendo as famílias e o colégio, ele deixou claro que o colégio agiu da melhor forma, assumindo inteiramente o ponto de vista do colégio, desconsiderando as ponderações dos pais. Esta atitude sugere-nos a hipótese de que as famílias talvez não se sintam ouvidas nas demandas que levam a associação.

PERFIL 5: Família delega à escola

Família que vê como principal função do colégio, chancelar diplomas que viabilizem acesso às posições almeçadas na sociedade. Seja na forma de inserção ou ascensão social, para famílias com menor capital sociocultural ou na manutenção dos patamares já alcançados, para as elites, a escolarização é percebida como etapa a ser cumprida. Pai que, após escolher uma “boa escola” mantém uma relação descompromissada com os estudos dos filhos, acreditando que no segundo segmento do ensino fundamental já cabe a eles a responsabilidade pelas próprias tarefas. Com foco no resultado, este pai mostra-se menos preocupado com o processo de aprendizagem dos filhos, interessando-se principalmente pelas notas alcançadas, enquanto garantia de continuidade da trajetória escolar e pelos caminhos, que trilhados permitam chegar mais rápido ao futuro almejado. Família que mantém uma relação de confiança distante com o colégio, mobilizando-se somente em situações críticas, acreditando que a escolarização cabe ao colégio.

Retrato de Família 5

I. aceitou prontamente o convite para entrevista, optando por realizá-la em sua residência e mostrou-se colaboradora, expondo com clareza seus pontos de vista. Com bom humor, abordou as dificuldades que enfrenta na educação dos filhos, adotando estratégias menos convencionais como cartazes que confeccionou e colou nas portas “*para diminuir os gritos e uso de palavrões em casa*”.

I. tem 44 anos, nível superior em computação e em nutrição, atualmente cursa pós-graduação em nutrição clínica. Trabalha eventualmente em “*atendimento particular como nutricionista, mas escolhe seus clientes*”. Mora em Laranjeiras com os três filhos de 14, 12 e 11 anos, todos alunos do colégio. Está separada do pai dos meninos há dois anos, porém destaca que ele mantém uma relação bastante participativa na educação dos filhos.

I. relata que o filho mais velho, V., começou na creche, com cinco meses de idade e de lá foi para o colégio, onde ingressou no primeiro ano do ensino fundamental. I. é ex-aluna do colégio e sua escolha para os filhos foi baseada na possibilidade de “*oferecer uma convivência social e uma visão mais global*”. I. considera que “*vestibular é o de menos, porque a gente pega no terceiro ano, coloca num cursinho e ele passa, ele vai passar*”, revelando que não se preocupa muito com a aprendizagem.

A mãe acredita que os filhos “*devem andar sozinhos*” e assumir a responsabilidade pelo que fazem. I. “*só cobra no final*” e quando as notas vem muito ruins “*chora eu e ele*”. Nas conversas com os professores ficou sabendo que o filho não faz os deveres de casa, mas acha que “*ele já tem idade para saber que se não fizer o dever, perde o ponto do dever, e eu não faço mais esse negócio de pegar caderno pra olhar*”. O colégio oferece reforço, mas o filho prefere ter professor particular, que ele mesmo aciona, quando avalia que precisa.

Para I., a responsabilidade pela aprendizagem dos alunos cabe ao colégio, destacando que “*confia no colégio, conhece a coordenação e gosta do diretor*”, acrescentando que, assim como ela, muitos ex-alunos têm filhos no colégio e estão satisfeitos.

I. parece concordar com a postura do filho que, segundo ela, é questionador, não gosta de estudar e “*não quer decorar coisas que não vai usar*”. V. é um aluno médio, enfrenta problemas com as notas, mas nunca foi reprovado. I. afirma que comparece ao colégio quando necessário, lembrando-se de uma vez que foi chamada pelo diretor, que indicou uma fonoaudióloga porque V. apresentava problemas de gagueira. Em outra ocasião, I. foi chamada pela coordenadora porque o filho estava prestes a ser reprovado. A conversa, que incluiu a presença do aluno, resultou no desenvolvimento de uma estratégia para que ele pudesse se recuperar. V., que não queria repetir o ano, assumiu o compromisso, estudou muito, conseguiu notas bem melhores e “*foi passado pelo colégio*”, relata I., mostrando que percebe que o colégio valorizou o esforço, privilegiando o comportamento do aluno, ao resultado em si. Para I., “*talvez no ensino médio ele precise de uma escola mais liberal, já que o objetivo dele é estudar música fora do Brasil*”.

A mãe acha que a existência de uma Associação de Pais e Mestres “*é legal*”, mas não sabe “*o que eles fazem*” porque nunca se interessou.